

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/10114	15065/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - Alteração ao Alvará de Loteamento nº 72/1990 (LOTE E4-FRAÇÃO D)- Lugar do Assento ou Granja, Freguesia de Gualtar		
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DESPACHO

Processo: 35541/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Alteração à licença de loteamento - #G0100#

Assunto do Processo: Alteração à licença de loteamento - 1/1998/1477/0 - Alteração ao lote E4, Fração D - Requerente

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação 2026-7011 de 12/03/2026, em anexo.

Considerando a comunicação interna recebida via email em 06/03/2026 do *Sr. Diretor Municipal da DMGT*, a qual anexou parecer jurídico da *Prof.ª Dr.ª Fernanda Paula Oliveira* elaborado em 05/03/2026, *dá-se seguimento ao entendimento plasmado no douto parecer com o qual o Sr. Diretor Municipal da DMGT concorda.*

No douto parecer, é mencionado conforme se transcreve o **ponto 3 da Conclusão**: «3º A segunda discussão pública não tem a virtualidade de reabrir ou renovar o prazo de suspensão dos procedimentos previstos no artigo 145º do RJIGT, sendo inaplicável para efeitos de suspensão do procedimento em causa.»

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/8621 de 13 de Março de 2026.

RESOLUÇÃO

Defiro o pedido de alteração ao alvará de loteamento nos termos em que foi solicitada, operação urbanística titulada pelo *Alvará de Loteamento nº72/1990*, emitido em nome SPORTING CLUB DE BRAGA.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

O pedido de emissão da alteração à licença de loteamento deverá ser solicitado no prazo de um ano a contar da data de notificação do ato de licenciamento, nos termos previstos na alínea b/ do Artigo 71º do RJUE em vigor, devendo apresentar 4 exemplares em papel da planta de síntese devidamente assinada.

Dar conhecimento do conteúdo da informação ao requerente.

Despachos



- A 12/03/2026, Maria Filomena Carvalho Ferreira, na qualidade de Chefe Divisão de Apreciação Técnica: "Subscrevo"
- A 12/03/2026, António José Zamith Soares Rosas, na qualidade de Diretor Municipal: "Subscrevo"

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO(S): _____ 1 / 1998 / 1477 / 0 (C/ MIGRAÇÃO GESTIONA)
RELACIONADO C/ **PROC. 35541 / 2025** (GESTIONA)
REQUERIMENTO: _____ **2025-E-RE-27984**, DE 02/12/2025
REQUERENTE: _____ (LOTE E4 – FRAÇÃO D)
LOCAL: _____ LUGAR DO ASSENTO OU CABEÇAS, FREGUESIA DE GUALTAR,
FREGUESIA DE GUALTAR
ASSUNTO: _____ **REANÁLISE & PROPOSTA PARA APROVAÇÃO DO PEDIDO DE ALTERAÇÃO**
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.72/1990 – SPORTING CLUB DE BRAGA

Análise

O presente pedido visa solicitar a alteração ao *Alvará de Loteamento n.º72/1990*, emitido em nome SPORTING CLUB DE BRAGA, localizado no lugar do Assento ou Granja, Freguesia de Gualtar, para o qual foram emitidas **DOZE alterações** ao alvará de loteamento, sendo a última datada de 03/11/2025.

O pedido relacionado com o processo foi objeto de análise pela *informação 2025-32359 de 04/12/2025* a qual mereceu despacho em 09/12/2025, proferido pelo Sr. Diretor da DMGT.

Posteriormente, foi promovida a audiência de interessados, tendo sido publicado o *edital* nos lugares de estilo, nos termos do código de procedimento administrativo, tendo em consideração o *ponto 4 do Artigo B-1/12º do Código Regulamentar do Município de Braga*, relativo a alterações a operações de loteamento.

O serviço da DMGT – ALVARÁS E EDITAIS efetuou a forma de notificação por abertura de discussão pública, nos locais de estilo, *Diário da República, Jornal Nacional e no site do Município*.

Passado o termo do prazo de **dez dias úteis** após a data de afixação do edital acima mencionado, considerando o *findo dos prazos de publicação do Edital afixado nos lugares de estilo*, foi comunicado por informação interna: “Foi publicado o Edital n.º41/2026 , no Diário da República, Jornal Nacional, no Site do Município e afixado nos lugares de estilo, entre os dias 20/01/2026 e 03/02/2026, não se verificou em Gestiona, nos ficheiros do presente registo, qualquer referência à entrada de reclamações/exposições sobre a Alteração à Licença da Operação de Loteamento, titulada pelo ao Alvará de Loteamento n.º28/2004. Devolve-se o processo ao técnico responsável pelo processo, via Gestiona, para os devidos procedimentos.”.

Não há lugar ao pagamento de TMU.

Não há lugar ao pagamento de compensação (C).

A alteração não promove a realização das obras de urbanização.

Para efeitos de cálculo de taxas, o loteamento situa-se na **Área I** da planta anexa à tabela de taxas.

A planta síntese foi verificada e reflete as alterações solicitadas, **foi visada** em **03/12/2025** com o **carimbo digital** em uso na DAT e associada ao registo 2025-E-RE-27984 de 02/12/2025.

Foi efetuada a conversão do ficheiro DWFX em formato PDF para que seja possível a consulta em reunião de Câmara.



Proposta / Conclusão

Considerando a comunicação interna recebida via email em 06/03/2026 do Sr. *Diretor Municipal da DMGT*, a qual anexou parecer jurídico da *Prof.ª Dr.ª Fernanda Paula Oliveira* elaborado em 05/03/2026, dá-se seguimento ao entendimento plasmado no douto parecer com o qual o Sr. *Diretor Municipal da DMGT* concorda.

No douto parecer, é mencionado conforme se transcreve o **ponto 3** da **Conclusão**: «3º A segunda discussão pública não tem a virtualidade de reabrir ou renovar o prazo de suspensão dos procedimentos previstos no artigo 145º do RJGT, sendo inaplicável para efeitos de suspensão do procedimento em causa.»

Propõe-se a aprovação da alteração ao alvará de loteamento nos termos em que foi solicitada, operação urbanística titulada pelo *Alvará de Loteamento nº72/1990*, emitido em nome SPORTING CLUB DE BRAGA.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

Deverá ainda ser referido que o pedido de emissão da alteração à licença de loteamento deverá ser solicitado no prazo de um ano a contar da data de notificação do ato de licenciamento, nos termos previstos na alínea b/ do Artigo 71º do RJUE em vigor, devendo apresentar 4 exemplares em papel da planta de síntese devidamente assinada.

Dar conhecimento do conteúdo da presente informação ao requerente.

O Técnico,

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE



[illegible]